



Procedimento n.º 359/2024

PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PUBLICO INTERNACIONAL

AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Índice

Artigo 1.º Objetivo e identificação do concurso	3
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º Decisão de contratar	3
Artigo 4.º Acesso às peças do concurso e plataforma eletrónica	3
Artigo 5.º Modo de apresentação das propostas	4
Artigo 6.º Pedidos de esclarecimento	4
Artigo 7.º Erros e Omissões	5
Artigo 8.º Concorrentes	5
Artigo 9.º Documentos e elementos que constituem a proposta	5
Artigo 10.º Amostras	6
Artigo 11.º Prazo de manutenção das propostas	7
Artigo 12.º Propostas variantes	7
Artigo 12.º Prazo para apresentação das propostas	7
Artigo 13.º Critério de adjudicação	7
Artigo 14.º Critério de desempate	8
Artigo 15.º Documentos de habilitação	8
Artigo 16.º Caducidade da adjudicação	9
Artigo 17.º Causas da não adjudicação	9
Artigo 18.º Novos serviços	9
Artigo 19.º Contrato	10
Artigo 20.º Prevalência	10
Artigo 21.º Comunicações e notificações	10
Artigo 22.º Legislação aplicável	10
Artigo 23.º Anexos ao Programa de Concurso	10



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO NO SRS



IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



PROGRAMA DE CONCURSO

Artigo 1.º

Objetivo e identificação do concurso

1. A Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A., com sede na Avenida de António José de Almeida, Edifício Casa da Moeda, em Lisboa, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e de pessoa coletiva 500 792 887, com o capital social de 30.000.000€, adiante designada como **INCM**, pretende celebrar um contrato para Aquisição de Fardamento, com o CPV 18110000-3 – *Vestuário Profissional*, através do **Concurso Público Internacional**, procedimento n.º 359/2024, de acordo com os termos, condições, características e especificações técnicas estabelecidas no Caderno de Encargos.
2. A escolha do procedimento foi efetuada nos termos do preceituado na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a **IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.**, com sede na Av. António José de Almeida, 1000-042 Lisboa, telefone 217810700, endereço eletrónico: compras@incm.pt.

Artigo 3.º

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da INCM (DCA).

Artigo 4.º

Acesso às peças do concurso e plataforma eletrónica

As peças do procedimento (programa de concurso e caderno de encargos) encontram-se integralmente disponíveis para consulta pelos interessados, na plataforma eletrónica utilizada pela INCM, em <https://www.acingov.pt>, até ao termo do prazo para apresentação das propostas.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Artigo 5.º

Modo de apresentação das propostas

1. A participação no presente concurso depende de prévia inscrição na plataforma eletrónica, salvo nos casos em que as entidades interessadas já se encontrem registadas na mesma.
2. O acesso à plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação e o envio de propostas.
3. Os documentos que constituem a proposta, indicados no artigo 9.º do presente programa de concurso, devem ser apresentados na plataforma eletrónica, e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
4. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
6. Os documentos que constituem a proposta podem ser redigidos em língua portuguesa ou língua inglesa, com exceção da declaração mencionada na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º, a qual deve ser obrigatoriamente redigida em português.
7. A receção das propostas é registada, com referência às respetivas datas e a hora em que as mesmas são recebidas, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Artigo 6.º

Pedidos de esclarecimentos

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser remetidos através da plataforma eletrónica até ao termo do 1.º terço do prazo fixado para apresentação das propostas, nos termos do artigo 50.º do CCP.
2. Os esclarecimentos aos pedidos colocados, nos termos do número anterior, são da competência do júri, sendo estes prestados através da plataforma eletrónica, até ao termo do 2º terço do prazo fixado para apresentação das propostas.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Artigo 7.º

Erros e Omissões

1. Até ao termo do 1º terço do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados devem apresentar por escrito, através da plataforma AcinGOV, ao Conselho de Administração da INCM, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, relativos aos elementos previstos nas alíneas a) a c) n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
2. A decisão do Conselho de Administração da INCM sobre os erros e omissões identificados pelos interessados deve ser proferida até ao termo do 2º terço do prazo fixado para apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. As listas com a identificação dos erros e omissões apresentadas pelos interessados nos termos do n.º 1, bem como as decisões do Conselho de Administração previstas no n.º 2, são publicitadas na plataforma AcinGOV e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.

Artigo 8.º

Concorrentes

Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em qualquer uma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 9.º

Documentos e elementos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, que se disponibiliza em formato html e pdf, ao presente Programa do Concurso (**Anexo I**);
 - b) **Documento que contenha os atributos da proposta**, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo II** ao presente programa de concurso, com a indicação de, pelo menos:
 - a) Preços unitários, em EUROS, não incluindo;
 - b) Preço global, em EUROS, não incluindo IVA;



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Nota: As quantidades de cada item são meramente indicativas para efeitos de avaliação das propostas; o adjudicatário deve apresentar preços para a totalidade dos itens; a não observância desta premissa implicará a exclusão da respetiva proposta. Os ficheiros podem ser entregues em formato “pdf”.

- c) **Apresentação de amostras** nos termos fixados no artigo 10.º
 - d) **Ficha técnica** dos bens a fornecer;
 - e) **Memória descritiva** dos serviços a prestar.
 - f) **Certidão Permanente** da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais da Sociedade com poderes para proceder a outorga e a que título, pois caso seja por mandato, será necessário apresentar a respetiva procuração.
2. **Apresentação de certificações** do critério de sustentabilidade de acordo com a clausula 17.º do caderno de encargos.
3. A não entrega de qualquer um dos documentos ou elementos que constituem a proposta, referidos no número um, bem como a não indicação de qualquer um dos atributos indicados na alínea b) do nº 1, poderá constituir motivo de exclusão da mesma.

Artigo 10.º

Amostras

1. Para efeitos de avaliação dos termos e condições das propostas, os concorrentes deverão reunir com a INCM para apresentação das respetivas amostras (tecidos, cores entre outros necessários).
2. A apresentação das amostras realizar-se-á no 10º e 11º dia após a disponibilização das peças procedimentais na plataforma Acingov.
3. Cada concorrente deverá notificar a INCM, através da plataforma Acingov, a sua intenção de realizar a apresentação de amostras até ao 7º dia após a disponibilização das peças procedimentais.
4. A ordem da marcação será efetuada de acordo com a ordem dos pedidos efetuados, conforme ponto anterior.
5. A apresentação das amostras será realizada presencialmente nas instalações da INCM.
6. Todos os custos inerentes à apresentação das amostras serão da responsabilidade dos concorrentes.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



-
7. A não apresentação de amostras será pontuada com zero para efeitos do Modelo de Avaliação (Valia Técnica das Amostras), conforme Anexo III ao presente programa de concurso.

Artigo 11.º

Prazo de manutenção das propostas

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias, contado da data-limite para a sua entrega.

Artigo 12.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 13.º

Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica, **até às 17.00 horas do 30.º dia** a contar da data de envio para publicação no Diário da República do anúncio relativo ao presente concurso.
2. As propostas apresentadas depois do termo do prazo fixado no número anterior serão excluídas.

Artigo 14.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação será o da modalidade Multifactor, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP.
2. O modelo de critério de adjudicação encontra-se no Anexo III ao presente programa de concurso.
 - a) Preço – 50%
 - b) Valia Técnica das Amostras – 25%
 - c) Valia Técnica da Memória Descritiva – 20%
 - d) Valia Técnica dos Critérios de Sustentabilidade – 5%



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Artigo 15.º

Critério de desempate

1. Em caso de duas ou mais propostas ficarem classificadas em 1.º lugar, os fatores de desempate são os seguintes, pela ordem que são indicados:
 - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que obtiver pontuação mais elevada no fator de avaliação “Valia técnica das Amostras”;
 - b) Se da aplicação do critério definido na alínea anterior a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar a pontuação mais elevada no fator de avaliação “Preço da Proposta”;
2. Na eventualidade de subsistir a classificação em 1.º lugar de duas ou mais propostas, após a aplicação dos fatores de desempate indicados no ponto anterior, o desempate será efetuado na sequência de sorteio, a realizar em sessão pública, da qual será lavrada ata, e para a qual todos os interessados serão convocados. A ordenação das propostas classificadas em 1.º lugar será fixada pela ordem de extração. Será adjudicada a proposta sorteada em 1.º lugar.

Artigo 16.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da notificação da respetiva adjudicação, apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, a seguir indicados, redigidos em língua portuguesa:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa;
 - b) Curriculum Vitae de todos os perfis que irão prestar serviço na INCM, com identificação do perfil de recursos a que se refere, com indicação expressa dos seguintes elementos:
 - i. Certificados de habilitação comprovativos da formação académica e de certificações ou formação profissional;
 - ii. Anos de experiência nas funções e contactos dos anteriores empregadores.
 - c) Certidão de Registo Criminal dos titulares dos órgãos sociais, de administração, direção ou gerência e da empresa;
 - d) Certidão comprovativa de inexistência de dívidas à Segurança Social;
 - e) Certidão comprovativa de inexistência de dívidas relativas a impostos;



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 081



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



-
2. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação, dentro do prazo fixado no número anterior.
 3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode ser sempre exigido ao adjudicatário a apresentação dos originais dos documentos de habilitação.
 4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado por uma só vez, mediante solicitação do adjudicatário, por um período não superior a 5 dias.
 5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, será concedido ao adjudicatário um prazo de 3 (três) dias úteis para supressão de eventuais irregularidades ou atrasos na entrega que não lhe sejam imputáveis e que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto do artigo 86.º do CCP.

Artigo 17.º

Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca caso o adjudicatário não apresente os documentos de habilitação no prazo e termos previstos no artigo anterior ou quando sejam apresentados documentos falsos ou prestado falsas declarações.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em segundo lugar.

Artigo 18.º

Causas da não adjudicação

1. Não há lugar à adjudicação nos casos previstos no n.º 1 do art.º 79.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Caso se verifique a não adjudicação os concorrentes são notificados da correspondente decisão e dos respetivos fundamentos.

Artigo 19.º

Novos serviços

Nos termos e para os efeitos do disposto na subalínea iv) da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares objeto do presente concurso público.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO NO GRS



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Artigo 19.º

Contrato

1. A minuta do contrato é enviada ao adjudicatário para sua aceitação, considerando-se a mesma aceite quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.
2. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, caso exista.

Artigo 20.º

Prevalência

As normas do presente programa de concurso prevalecem sobre quaisquer indicações do(s) anúncio(s) com elas desconformes.

Artigo 21.º

Comunicações e notificações

Todas as comunicações e notificações a efetuar no âmbito do presente procedimento, entre a INCM e os concorrentes, devem ser escritas e efetuadas através da plataforma eletrónica utilizada pela INCM, ou no caso de a mesma se encontrar indisponível através do correio eletrónico (compras@incm.pt).

Artigo 22.º

Legislação aplicável

O regime do CCP, na sua redação atual e restante legislação em vigor, aplica-se a tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso.

Artigo 23.º

Anexos ao Programa de Concurso

- a) Anexo I – Declaração prevista n.º 6 do artigo 57º do CCP (DEUCP);
- b) Anexo II – Proposta de Preço;
- c) Anexo III – Modelo de Critério de Adjudicação;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do art. 81.º do CCP, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro;



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A.

Pela Administração,



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ANEXO I

Modelo de declaração

Modelo de Declaração prevista no n.º 6 do artigo 57º do CCP

Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, nos termos do n.º 6 do art.º 57.º do CCP, disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt> realizando as seguintes ações:

- i) “Sou um operador económico”;
- ii) “Importar um DEUCP”;
- iii) “Carregar documento” – seleccionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante para o efeito, disponibilizado na plataforma eletrónica Acingov, junto às peças do procedimento;
- iv) Seleccionar o país do concorrente;
- v) Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- vi) No final, seleccionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ANEXO II

Modelo de Proposta de Preço

Referencia	Tipo de Vestuário	Categoria	Género	Quantidades Estimadas * (36 meses)	Tamanhos	Preço Unitário máximos	Preço Unitário proposto	Preço Total Proposto (36 meses)
A16	POLO MANGA COMPRIDA	Oficinas / Armazém	Masculino	2200	XS - 6XL	22,00 €		- €
A21	BLUSA MANGA COMPRIDA	Oficinas / Armazém	Feminino	850	XS - 6XL	22,00 €		- €
A15	POLO MANGA CURTA	Oficinas / Armazém	Masculino	2200	XS - 6XL	20,00 €		- €
A20	BLUSA MANGA CURTA	Oficinas / Armazém	Feminino	850	XS - 6XL	20,00 €		- €
A17	CALÇA COM BOLSOS	Oficinas / Armazém	Masculino	1500	XS - 6XL	40,00 €		- €
A22	CALÇA COM BOLSOS	Oficinas / Armazém	Feminino	550	XS - 6XL	40,00 €		- €
A18	CALÇA SEM BOLSOS	Oficinas / Armazém	Masculino	350	XS - 6XL	30,00 €		- €
A23	CALÇA SEM BOLSOS	Oficinas / Armazém	Feminino	200	XS - 6XL	30,00 €		- €
A24	BLUSÃO IMPERMEÁVEL	Oficinas / Armazém	Masculino	450	XS - 6XL	40,00 €		- €
A25	BLUSÃO IMPERMEÁVEL	Oficinas / Armazém	Feminino	200	XS - 6XL	40,00 €		- €
A28	BATA BICOLOR COM BOLSOS	Oficinas / Armazém	Feminino	500	XS - 6XL	30,00 €		- €
A30	BATA BRANCA COM BOLSOS	Laboratório / Posto médico / Refeitório	Masculino	150	XS - 6XL	30,00 €		- €
A32	BATA BRANCA COM BOLSOS	Laboratório / Posto médico / Refeitório	Feminino	200	XS - 6XL	30,00 €		- €
A27	BATA BICOLOR SEM BOLSOS	Oficinas / Armazém	Masculino	250	XS - 6XL	28,00 €		- €
A31	BATA BRANCA SEM BOLSOS	Laboratório / Posto médico / Refeitório	Masculino	150	XS - 6XL	28,00 €		- €
A33	BATA BRANCA SEM BOLSOS	Laboratório / Posto médico / Refeitório	Feminino	200	XS - 6XL	28,00 €		- €
A26	BATA BICOLOR COM BOLSOS	INCM/Oficinas	Masculino	900	XS - 6XL	30,00 €		- €
A29	BATA BICOLOR SEM BOLSOS	INCM/Oficinas	Feminino	150	XS - 6XL	28,00 €		- €
A09	BLAZER	Atendimento ao balcão (Lojas, Contrastarias e Biblioteca)	Masculino	100	34 - 60	90,00 €		- €
A12	BLAZER	Atendimento ao balcão (Lojas,	Feminino	190	34 - 60	90,00 €		- €



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



		Contrastarias e Biblioteca)						
A10	CALÇAS	Atendimento ao balcão (Lojas, Contrastarias e Biblioteca)	Masculino	100	34 - 60	30,00 €		- €
A13	CALÇAS	Atendimento ao balcão (Lojas, Contrastarias e Biblioteca)	Feminino	190	34 - 50	30,00 €		- €
A02	CAMISA BRANCA MANGA COMPRIDA	Atendimento ao balcão (Lojas, Contrastarias e Biblioteca)/ Segurança	Masculino	300	XS - 6XL	26,00 €		- €
A06	CAMISA BRANCA MANGA COMPRIDA	Atendimento ao balcão (Lojas, Contrastarias e Biblioteca)/ Segurança	Feminino	400	XS - 6XL	26,00 €		- €
A11	CASACO CARDIGAN	Atendimento ao balcão (Lojas, Contrastarias e Biblioteca)	Masculino	100	XS - 6XL	43,00 €		- €
A14	CASACO CARDIGAN	Atendimento ao balcão (Lojas, Contrastarias e Biblioteca)	Feminino	190	XS - 6XL	43,00 €		- €
A01	BLAZER	Segurança	Masculino	16	34 - 60	90,00 €		- €
A05	BLAZER	Segurança	Feminino	2	34 - 60	90,00 €		- €
A03	CALÇAS	Segurança	Masculino	16	34 - 60	30,00 €		- €
A07	CALÇAS	Segurança	Feminino	2	34 - 50	30,00 €		- €
A08	CASACO IMPERMEÁVEL	Segurança	Feminino	1	XS - 6XL	38,00 €		- €
A04	CASACO IMPERMEÁVEL	Segurança	Masculino	4	XS - 6XL	38,00 €		- €
A34	COLETE TÉRMICO	Oficinas / Armazém	Feminino Masculino	650	XS - 6XL	49,00 €		- €
TOTAL								- €

*As quantidades previstas nas tabelas são meras estimativas para efeitos do cálculo do preço a propor pelos concorrentes e para efeitos de avaliação das propostas, não vinculando a INCM à aquisição de quaisquer quantidades mínimas.

Disponível em Excel



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ANEXO III

Modelo de Critério de Adjudicação

1. METODOLOGIA GERAL

De acordo com o estipulado no programa do procedimento, o critério de adjudicação é o da proposta considerada mais vantajosa, na modalidade Multifator, com base nos seguintes fatores de apreciação e respetivas ponderações:

- a) Preço da Proposta - 50%
- b) Valia Técnica das Amostras -25%
- c) Valia técnica da Memória Descritiva – 20%
- d) Valia Técnica dos Critérios de Sustentabilidade – 5%

A classificação final de cada proposta, de acordo com a metodologia adotada na análise de cada um dos fatores de apreciação, resultará do somatório ponderado das pontuações obtidas nesses fatores de acordo com a seguinte expressão:

$$\mathbf{PFP = PPR \times 50\% + PVTA \times 25\% + PVMD \times 20\% + PVCS \times 5\%}$$

Sendo:

PFP - Pontuação final da proposta

PPR - Pontuação da proposta no fator Preço

PVTA - Pontuação da proposta no fator Valia das Amostras

PVMD - Pontuação da proposta no fator Valia Técnica Memória Descritiva

PVCS - Pontuação da proposta no fator Valia Técnica dos Critérios de Sustentabilidade

Ganha a proposta que tiver a pontuação mais elevada e serão arredondadas às 2 casas decimais.

2. AVALIAÇÃO DOS FATORES

Para efeitos de avaliação dos diferentes fatores do critério de adjudicação, serão tidos em conta:

2.1. Avaliação do fator Preço (50%)

A avaliação do fator preço será efetuada através da seguinte formula:



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



$$PPR = \left(1 - \frac{PP}{PB}\right) \times 100$$

Sendo:

PPR - Pontuação da proposta no fator Preço

PB – Preço base

PP – Preço da proposta

2.2. Avaliação do fator Valia Técnica das Amostras (PVTA) - 25%

O fator “PVTA” será apreciado tendo em conta a análise efetuada aos bens apresentados (clausula 10º).

Será tido em conta a inspeção visual, tátil, cores entre outros necessários de acordo com as especificações definidas no dossiê técnico do caderno de encargos.

Ao fator será atribuída uma pontuação de entre 0 e 10 (números inteiros), de acordo com a graduação seguinte:

Designação	Pontuação
As amostras apresentadas são de <u> muito boa qualidade </u> e com um nível excelente de detalhe, assegurando um grau pleno de satisfação com 100%	10
As amostras apresentadas são de <u> qualidade boa </u> e com um nível de detalhe adequado, que assegura um grau bom de satisfação	6
As amostras apresentadas são de <u> qualidade razoável </u> e com um nível de detalhe mediano, assegurando um grau moderado de satisfação	4
As amostras apresentadas são de <u> fraca qualidade </u> que não cumpre a totalidade dos detalhes e que apenas assegura um grau mínimo de satisfação	2
Não apresentou amostras	0

2.3. Avaliação do fator Valia Técnica da Memória Descritiva (PVMD) – 20%

O fator “PVMD” será apreciado tendo em conta a análise ao detalhe com que o Concorrente descreve os bens apresentados, prazos e adequabilidade das amostras apresentadas às especificações técnicas e necessidades do trabalho a desenvolver pelos trabalhadores.

Ao fator de avaliação será atribuída uma pontuação de entre 0 e 10 (números inteiros), de acordo com a graduação seguinte:



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0351



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Designação	Pontuação
Memória descritiva com <u>muita boa qualidade</u> e com um nível excelente de detalhe na descrição dos bens apresentados, assegurando um grau pleno de satisfação quanto aos atributos do fator em avaliação	10
Memória descritiva com <u>de boa qualidade</u> e com um bom nível de detalhe de execução da proposta, assegurando um grau elevado de satisfação quanto aos atributos do fator em avaliação	8
Memória descritiva de <u>qualidade satisfatória</u> e com um nível de detalhe adequado de execução da proposta, que assegura um grau bom de satisfação quanto aos atributos do fator em avaliação	6
Memória descritiva de <u>qualidade razoável</u> que um nível de detalhe mediano de execução da proposta, assegurando um grau moderado de satisfação quanto aos atributos do fator em avaliação	4
Memória descritiva de <u>fraca qualidade</u> que não contém a totalidade dos detalhes de execução da proposta e que apenas assegura um grau mínimo de satisfação quanto aos atributos do fator em avaliação	2

2.4. Avaliação do fator Valia Técnica dos Critérios de Sustentabilidade (PVCS) – 5%

O fator “PVCS” será apreciado tendo em conta a análise efetuada aos critérios apresentados (clausula 17º do Caderno de Encargos).

Serão valorizadas as propostas que apresentarem:

Designação	Pontuação
Certificações associadas à proteção integrada em fibras naturais e Certificações associadas à proteção integrada em fibras artificiais de base florestal	10
Certificações associadas à proteção integrada em fibras naturais	5
Certificações associadas à proteção integrada em fibras artificiais de base florestal	5
Não apresentação	0



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ANEXO IV

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.